

## Senadores examinam falências, Judiciário, vereadores, ONGs e Cide

A pauta do Plenário esta semana começa com a discussão, em turno suplementar e em regime de urgência, de duas proposições: os substitutivos do Senado aos projetos da Lei de Falências e de alteração no Código Tributário Nacional

Página 3

### Mais facilidade para município cobrar dívida

Os municípios brasileiros poderão ter permissão para contratar instituições financeiras privadas a fim de cobrar dívidas ativas consolidadas. A possibilidade é prevista em projeto de resolução de autoria do senador Sérgio Cabral que a Comissão de Assuntos Econômicos deve analisar hoje. Outra proposta na pauta disciplina benefícios fiscais para o setor de tecnologia da informação.

Página 3

### Tuma entrega livros em braile para entidades

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma, entregou ontem, em Ribeirão Preto (SP), exemplares de obras editadas em braile para duas instituições de assistência aos portadores de deficiência visual. Tuma anunciou que a Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, responsável pela edição das obras, deverá elaborar um dicionário em braile com 10 mil verbetes.

Página 8



MUDANÇAS Plenário deverá analisar mais de 20 emendas ao projeto da Lei de Falências

### Leonel Brizola morre aos 82 anos

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, morreu ontem à noite, no Rio de Janeiro, aos 82 anos. Brizola havia sido internado no Hospital São Lucas, no Rio, com problemas respiratórios. Duas vezes candidato a presidente da República, Brizola governou o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro.



Márcio Kallume

Em agosto de 1961, no Palácio Piratini, teve papel importante em um dos mais dramáticos episódios da vida política brasileira: a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Brizola liderou a resistência ao veto militar e, à frente da Campanha da Legalidade, foi um dos responsáveis pela posse de Jango.

Com o golpe militar de 1964, exilou-se no Uruguai e só voltou ao Brasil em 1979 com a anistia. A disputa mais recente de sua vida política de 60 anos aconteceu em 2002, quando tentou, sem sucesso, eleger-se senador pelo estado do Rio de Janeiro.

**Leonel Brizola: 60 anos de vida pública**



**PREJUÍZO** Interdição da BR-452, no Triângulo Mineiro, tem causado transtornos, diz Aelton

## Aelton pede liberação de rodovia em Minas Gerais

O senador Aelton Freitas (PL-MG) relatou ontem os problemas causados pela interdição da BR-452, no Triângulo Mineiro, e pediu que a rodovia seja liberada, em benefício da população. Ele disse já ter informações de que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) recorreu ao Tribunal Regional Federal pedindo a suspensão da liminar que interdita a rodovia.

De acordo com o parlamentar, o Dnit entende que, ainda que os motoristas sejam obrigados a transitar em velocidade reduzida pela BR-452, tal decisão trará menos transtornos do que os provocados pela interdição.

Aelton argumentou também que o Triângulo Mineiro é importante corredor para o escoamento da produção agrícola e suas rodovias precisam de reparos urgentes. Ele reconheceu que é um desafio encontrar meios para driblar a escassez de recursos, mas afirmou que isso é fundamental para um estado por onde passam as principais rodovias que ligam o centro-sul ao centro-norte.

# Agenda

## Plenário discute destaques à Lei de Falências

Na sessão de hoje, marcada para as 14h30, serão discutidos os destaques e emendas oferecidas pelos parlamentares à Lei de Falências (PLC 71/03). Já foram apresentadas mais de 20 emendas ao texto básico, que foi aprovado na última

quinta-feira. Está prevista também a realização da terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que reduz o número de vereadores no país (PEC 55-A/01).

## Lançamento da Casa da Amazônia

Será assinado hoje, às 18h30, o termo de lançamento da Casa da Amazônia, entidade sem fins lucrativos que vai atuar na preservação, proteção e divulgação das tradições da Região Amazônica. A assinatura será no Salão Nobre do Senado. O evento é de iniciativa do 1º secretário do Senado, Romeu Tuma, e do reitor da Universidade de Brasília (UnB), professor Lauro Morhy.

## Petrobras esclarece licitações para construção de plataformas

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, será ouvido hoje, às 11h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Ele presta esclarecimentos sobre as licitações para a construção de plataformas de petróleo,



recentemente questionadas pela governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus. Na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne às 15h, os parlamentares devem debater a Lei Orçamentária de 2005.

## Dívida dos municípios pode ser cobrada por bancos



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute hoje, às 10h, projeto que permite aos municípios transferir para instituições financeiras o direito de cobrar dívida ativa (PRS 57/03). Às 11h, a Comissão de Educação (CE) vota projeto que garante o direito dos professores formados na modalidade Normal, de nível médio, lecionarem na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.

## Audiência debate questão fundiária no Pará

A questão fundiária no Pará é tema de audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, que se reúne hoje às 10h. O encontro conta com a presença do presidente do Instituto de Terras do Pará, Sérgio Maneschy; e dos secretários estaduais de Defesa Social, Manoel Santino, e de Segurança Pública, Ivanildo Ferreira Alves.



## CPI deve convocar Maluf

A convocação de Paulo Maluf para depor na CPI do Banestado pode ser votada na reunião de hoje, às 21h30. Constam ainda na pauta da CPI mais de 50 requerimentos apresentados pelos parlamentares. Às 17h, a comissão especial que discute a demarcação de terras indígenas realiza reunião administrativa.

## Conselho ouve Gilberto Gil

O Conselho de Comunicação Social discute hoje, às 14h, o mercado cinematográfico brasileiro. Foram convidados o ministro da Cultura, Gilberto Gil; o ator Werner Schunemann; os diretores de cinema Nelson Pereira dos Santos e Roberto Farias; além do secretário de Audiovisual do MinC, Orlando Senna.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**CAUTELA** Raupp, relator da matéria, quer cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

## Sem acordo, CAE não vota parceria público-privada

O projeto de lei que institui regras para licitação e funcionamento das parcerias público-privadas (PPPs) não vai constar da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de hoje, por falta de acordo em torno do relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ontem, o vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que a matéria será aprovada pelo Senado antes do recesso de julho.

As PPPs vão atrair empresas buscando desenvolver setores em que o governo não tem condições de garantir investimentos suficientes, como infra-estrutura de transportes, saúde, habitação e saneamento. O projeto muda a lei de licitações para assegurar mais rapidez em obras e serviços, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os senadores esperam esclarecer melhor vários pontos da proposta. O relator quer garantias de que não haverá violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sugere a apresentação de propostas em envelopes fechados, para fixação das parcerias, em vez das rodadas de leilão previstas, a fim de evitar cartéis.

Raupp propõe que as perdas decorrentes dos riscos do projeto sejam compartilhadas com o governo, mas Mercadante acha que os sócios privados devem assumir a maior parte do risco, inerente a qualquer empreendimento.

A CAE aprovou requerimento de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para realização de audiência pública. Serão ouvidos os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Guido Mantega, além do presidente do BNDES, Carlos Lessa.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**BENEFÍCIO** Sérgio Cabral argumenta que proposta pode aumentar arrecadação

## CAE examina cobrança de dívidas por municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje, em reunião às 10h, projeto de resolução (PRS 57/03) que permite aos municípios a contratação de instituições financeiras privadas para cobrança de dívidas ativas consolidadas sem necessidade de dar créditos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A proposta, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), é relatada pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que é favorável à matéria, de acordo com substitutivo que deverá apresentar na reunião.

Quando o projeto foi analisado pela primeira vez na CAE, em dezembro de 2003, Sérgio Cabral argumentou que a maioria dos municípios não recupera grande parte de suas dívidas ativas. O projeto, disse, permitirá melhorar a arrecadação. Na ocasião, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) foi contrário à proposta por entender que ela fere artigo do Código Tributário.

A aprovação no ano passado foi possível graças à exclusão da concessão de garantias, recomendada pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O retorno da matéria à CAE foi motivado por requerimento da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), apresentado quando o projeto já estava em Plenário.

Em regime de urgência constitucional, a CAE deve analisar o projeto de lei da Câmara que disciplina os benefícios fiscais para capacitação do setor de tecnologia da informação (PLC 32/04). E em caráter terminativo será examinado substitutivo do senador Paulo Octávio (PFL-DF) favorável a projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que determina a atualização anual das tabelas do Imposto de Renda (PLS 361/03).

## Convocação de Paulo Maluf está na pauta de CPI

A comissão parlamentar mista de inquérito que apura denúncias de evasão de divisas para paraísos fiscais por meio das contas CC-5 (CPI do Banestado) pode votar requerimento de convocação do ex-governador Paulo Maluf, solicitada pela senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) e pelo

deputado Eduardo Valverde (PT-RO). A CPI se reúne às 21h30, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho. O pedido de convocação está entre os 52 requerimentos a serem examinados.

Deve ser votado também o pedido do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que convoca

o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), marcou a reunião para esse horário na esperança de que os parlamentares possam se reunir depois de encerrada a ordem do dia na Câmara dos Deputados.



**HOJE** Antero Paes de Barros convocou reunião da CPI do Banestado para as 21h30

# Plenário pode votar esta semana PEC do Judiciário e Lei de Falências

■ Também estão na pauta a proposta que reduz o número de vereadores e o projeto sobre ONGs

A reforma do Judiciário, a nova Lei de Falências, a definição do número de vereadores no país, o aumento do repasse da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) a estados e ao Distrito Federal e a fiscalização das organizações não-governamentais (ONGs) são temas a serem tratados esta semana no Plenário.

A pauta de hoje começa com a discussão, em turno suplementar e em regime de urgência, de duas propostas. Uma delas é o substitutivo do Senado a projeto de lei da Câmara (PLC 71/03) que regula a recuperação judicial e extrajudicial

e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exercem atividade econômica regida pelas leis comerciais – a chamada Lei de Falências. Outra é o substitutivo do Senado a projeto de lei da Câmara (PLC 70/03) que compatibiliza o Código Tributário Nacional com o projeto da nova Lei de Falências. Durante essa fase de análise das duas matérias, poderão ser apresentadas emendas. Até a manhã de ontem, mais de 20 emendas haviam sido oferecidas ao projeto sobre falência.

### ONGs

Os senadores deverão examinar, em seguida, dois projetos de lei do Senado (PLS 7/03 e PLS 246/02) que tratam da fiscalização das organizações não-governamentais. O primeiro é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais e o segundo, do se-

nador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

De acordo com o PLS 7/03, o início das atividades das ONGs dependerá de prévia inscrição em órgão governamental competente, após o registro dos atos constitutivos no ofício de registro civil de pessoas jurídicas. Ao fazer a inscrição, a entidade terá de prestar esclarecimentos sobre fontes de recursos, linhas de ação, tipos de atividades que pretende realizar no país, modo de utilização dos recursos, política de contratação de pessoal e nomes e qualificação de seus dirigentes e representantes. As ONGs prestarão contas anualmente dos recursos recebidos por intermédio de convênios ou subvenções de origem pública ou privada, inclusive doações.

### Vereadores

Na mesma sessão, será realizada a terceira e última sessão

de discussão, em segundo turno, de duas propostas de emenda à Constituição: a emenda (PEC 55-A/01) que reduz o número de vereadores no país e a proposta (PEC 17/04) que aumenta de 25% para 29% o percentual para o compartilhamento da Cide com os estados e o Distrito Federal. Também está na pauta de hoje requerimento da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) para que seja votado com urgência o projeto de lei da Câmara (PLC 107/03) que trata da utilização e proteção da Mata Atlântica.

O último item da ordem do dia é a proposta (PEC 29/00) que reforma o Poder Judiciário. A PEC tramita em conjunto com outras 17 propostas de emenda à Constituição e será votada em primeiro turno. O parecer é do senador José Jorge (PFL-PE).

## CCJ decide se pedirá informação sobre empréstimo ao PT

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã, a partir das 10h, requerimento do senador Almeida Lima (PDT-SE) solicitando informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre empréstimo de R\$ 21 milhões concedido pelo Banco do Brasil ao Partido dos Trabalhadores (PT). Os recursos teriam sido destinados à compra de cinco mil computadores para os diretórios petistas. O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), já se posicionou favoravelmente ao pedido.

Outro requerimento na pauta da comissão, também direcionado ao ministro da Fazenda, pede esclarecimentos à Caixa Econômica Federal sobre o destino de R\$ 256 milhões não sacados pelos beneficiários dos



**DÚVIDAS** A comissão também pode analisar amanhã pedido de informações à Caixa Econômica Federal sobre recursos não sacados

programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Renda, Auxílio-Gás, Erradicação do Trabalho Infantil e Agente Jovem. O relator, senador Marcelo Cri-

vella (PL-RJ), sugeriu o reenvio de requerimento apresentado em 2003 pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) por discordar do argumento da Caixa de que

a solicitação envolve quebra de sigilo bancário.

A CCJ também deve deliberar sobre projeto de lei da Câmara (PLC 32/04) que prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para empresas de produção de bens e serviços de informática e automação. A matéria tramita simultaneamente em três comissões. Já foi aprovada na Comissão de Educação (CE) e falta o exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da CCJ antes de ser votada pelo Plenário.

Está também na pauta de quarta-feira da CCJ projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) alterando o Código Penal para tipificar de forma mais clara o "seqüestro-relâmpago" (PLS 54/04).

# Votação da PEC sobre número de vereadores pode continuar

STF nega pedido de liminar de Eduardo Siqueira Campos para impedir decisão em segundo turno

O ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de liminar feito pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) para suspender a votação, ocorrida em 8 de junho, no Senado, da proposta de emenda à Constituição (PEC 55-A/01) que altera o número de vereadores. A decisão do ministro saiu ontem à noite, horas depois que Eduardo entrou com mandado de segurança, com pedido de liminar, contra a votação em primeiro turno da PEC.



**ARGUMENTO** Eduardo alega que Mesa do Senado não cumpriu exigências regimentais

Barbosa disse que o STF tem entendido que, a rigor, o Judiciário não deve ser transformado em instância de revisão de decisões sobre procedimento legislativo dos parlamentos. A decisão não encerra o recurso

do senador. Joaquim Barbosa precisa ainda analisar o mérito do mandado de segurança.

Eduardo alega que a Mesa do Senado não cumpriu o prazo regimental de cinco dias entre a aprovação da proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a publicação, no *Diário do Senado*, do relatório aprovado, condição para que a matéria fosse incluída na ordem do dia do Plenário do Senado.

No mandado de segurança, Eduardo argumenta que todas as etapas de tramitação da PEC foram realizadas no mesmo dia (8 de junho), "atropelando-se o Regimento Interno do Senado". A emenda também muda decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre número de vereadores.

## Tebet destaca importância das eleições municipais

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou a importância das eleições municipais na construção da democracia. Para ele, a população está querendo mudança, "palavra que tem sido muito falada, mas pouco executada", pois na prática significa "algo difícil de se fazer na política: o rompimento com situações tradicionais", disse.

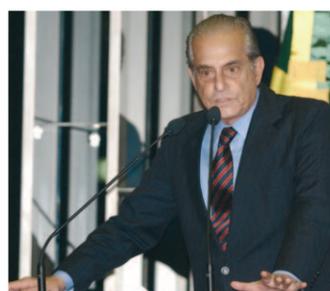
– As eleições municipais serão um espetáculo de democracia, com 350 mil a 400 mil candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito disputando cada voto, em mais de 5.600 municípios. Será um exemplo de civismo e fé, um exercício

de cidadania.

Tebet acredita que os temas da campanha eleitoral deste ano serão aqueles de interesse próximo do eleitor, que precisa de creche, asfalto, saúde e, sobretudo, emprego.

– Os eleitores não estarão interessados em debater política externa ou endividamento. O povo estará atento, querendo discutir coisas concretas, como geração de empregos e renda.

Para Tebet, o Senado fez bem em aprovar um salário mínimo de R\$ 275, valor acima do instituído pelo governo. Esse reajuste, ressaltou, é sinalização de que o Senado está preocupado e quer



**CELEBRAÇÃO** Para Ramez Tebet, o pleito deste ano será um "espetáculo de democracia"

ver mudanças acontecendo.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) considerou prioritário promover esforços para a criação de mais postos de trabalho no país. Já o senador Marco Maciel (PFL-PE) assinalou que as eleições municipais representam "o alicerce do edifício da democracia no país".

## Mesquita Júnior anuncia candidatura de Luiza Erundina

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) anunciou o lançamento da candidatura da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) à prefeitura da capital paulista. Ele disse que o PSB homologou a candidatura em razão dos compromissos da candidata com a ética, o povo da cidade de São Paulo e a aplicação correta do dinheiro público.



**QUALIDADE** Conforme Mesquita Júnior, a deputada tem compromisso com a ética

– O partido todo, de forma coesa, sustentará essa candidatura, porque ela é importante não só para a capital do grande estado de São Paulo, como para todo o país.

De acordo com Mesquita

Júnior, a convenção em São Paulo foi marcada pela presença de grande número de vereadores e por figuras de expressão, como o senador João Capiberibe (PSB-AP) e o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral, que representou o presidente do PSB, Miguel Arraes.

Ele lembrou que a candidata é "um respeitado nome de repercussão nacional", por já ter sido prefeita de São Paulo e administrado a cidade com a atenção focada na periferia e nas pessoas de baixa renda, "principalmente naquelas que precisam da atenção do dirigente municipal".



**QUEIXA** José Jorge protesta contra valor dos repasses estabelecido para aluno especial

## Governo comete estelionato contra deficiente, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) classificou como grave e estorcedor o fato de o governo federal, ao regulamentar o Plano de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência (Paed), ter destinado R\$ 33,50 como o valor anual a ser repassado por aluno especial. Ele convocou senadores e deputados federais a protestarem, para que a medida seja revertida.

Conforme o senador, o Paed surgiu quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o projeto que incluía, no cálculo da distribuição dos recursos do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério), os alunos portadores de deficiência regularmente matriculados nas Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes) e Sociedades Pestalozzi. José Jorge anunciou que vai apresentar projeto nos termos do que foi vetado e pediu apoio para a sua iniciativa.

O veto ao projeto, segundo disse, repercutiu negativamente e levou o governo a editar a Medida Provisória 139/03, com a promessa de que, por meio do Paed, seriam repassados recursos para as entidades assistenciais na mesma proporção prevista no projeto original. Em março, acrescentou, "para surpresa e revolta" dos dirigentes das Apaes e das Sociedades Pestalozzi, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estipulou o repasse anual em R\$ 33,50, o que corresponde a 6% dos R\$ 564,60 destinados ao Fundef para os alunos matriculados na rede pública.

– Eis aí mais um estelionato do governo Lula, mais uma promessa não cumprida, seguida desta vez de atitude visivelmente discriminatória contra os portadores de deficiência. Essa é uma atitude vergonhosa e covarde de um governo que assumiu o compromisso de defender as minorias e transformar o Brasil em um país socialmente mais justo.

## Comissão vota projetos para aperfeiçoamento do ensino

Entre 145 propostas terminativas, a Comissão de Educação (CE) pode votar hoje, na reunião às 11h, projeto de José Jorge (PFL-PE) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para garantir que professores formados no Curso Normal, de nível médio, possam lecionar na educação infantil (pré-escola) e séries iniciais do ensino fundamental (PLS 358/03). O relator, senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), manifestou voto favorável à proposta.

Pelo fato de a pauta do Senado ter estado trancada por medidas provisórias nas últimas semanas, somente agora a comissão poderá votar propostas terminativas, entre elas o projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que institui sistema de avaliação da qualidade do ensino fundamental público (PLS 122/03). O colegiado poderá seguir o voto favorável do relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), ou a manifestação do senador José Jorge,

contrária à matéria.

A CE também poderá votar o projeto de lei (PLS 390/03) que inclui a educação especial e rural nos cálculos referentes à distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). De autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a proposta conta com relatório favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Com base em relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO), a comissão também examinará projeto de lei do Senado (PLS 262/02) que estimula a participação de artistas plásticos locais e regionais em atividades do ensino básico em escolas sem fins lucrativos. O relator ofereceu emendas ao projeto original, do ex-senador Luiz Pastore, que, como o projeto, precisam ser votadas.

Há ainda projetos terminativos que criam datas especiais no calendário nacional.



Fotos: Roosevelt Pinheiro  
**COMBATE AO CRIME** Serys registra prisões efetuadas pela Polícia Federal em Mato Grosso

## Serys elogia trabalho da CPI da Exploração Sexual

A senadora Serys Ilhessarenko (PT-MT) elogiou ontem o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Ela destacou o resultado alcançado no último fim de semana pela Operação Tamar, criada pela Polícia Federal, com a prisão de quatro pessoas em Cuiabá e Cáceres (MT).

– Na capital, a prisão ocorreu numa boate, onde agentes federais flagraram uma adolescente trabalhando. Em Cáceres, um recepcionista de hotel foi preso no momento em que aliciava duas adolescentes – informou.

Serys explicou que a operação é fruto dos trabalhos da CPI e, especialmente, da mobilização da sua presidente, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), e da relatora, deputada Maria do Rosário (PT-RS). “Também é reflexo do compromisso do governo e do esforço do Congresso Nacional”, concluiu ela.

### Quinto constitucional

A senadora registrou a criação, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de comissão para analisar o instituto do quinto constitucional, bem como critérios de indicação de advogados às vagas destinadas nos tribunais a representantes da advocacia e do Ministério Público. Segundo informou, a polêmica surgiu após a decisão de proibir candidaturas, nos tribunais, de advogados que exerçam mandatos na OAB.

Serys comunicou também que esteve presente, na condição de madrinha, à Parada do Orgulho Homossexual, sexta-feira, em Cuiabá, e também mencionou sua participação nas comemorações do 20º aniversário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

# Senado pode votar hoje o projeto que regulamenta atuação de ONGs

■ Substitutivo de César Borges impõe várias exigências a essas entidades e reforça sua finalidade social

O Plenário pode votar hoje o projeto que regulamenta o funcionamento de organizações não-governamentais no país. De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), a proposta é resultado dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito que investigou a atuação dessas entidades. O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador César Borges (PFL-BA), apresentou substitutivo.

– O substitutivo foi incluído na ordem do dia para votação e, devido à urgência de construir um novo arcabouço legal que reconheça o caráter público dessas entidades, acredito que conseguiremos votá-lo



**INVESTIGAÇÃO** Proposta de Mozarildo resulta de CPI que apurou denúncias

logo – afirmou Mozarildo.

A CPI investigou denúncias envolvendo entidades em vários estados, com foco especial na Amazônia, onde foram constatadas muitas ações irregulares. Entre as ONGs investigadas, destaca-se a Associação Amazônia, criada em 1999, e integrada por brasileiros e estrangeiros. Uma das denúncias contra a entidade é a da prática de biopirataria.

– Diante dos depoimentos e

inspeções que fizemos, foram levantados indícios concretos de que o presidente da associação, Christopher Julian Clark, mantém estreita ligação com o notório biopirata internacional Bruce Dakowsky, diretor-presidente da ONG inglesa The Foundation for Ethnobiology-salientou Mozarildo, que presidiu a CPI.

Os senadores também apontaram casos de desvios de recursos captados pela associação no exterior. A Associação Amazônica mantém parcerias com importantes instituições brasileiras, entre elas, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Ibama, além de universidades e ONGs estrangeiras.

### Exigências

César Borges decidiu incluir no substitutivo duas exigências que, na sua opinião, irão dificultar o desvio de finalidade na atuação de ONGs: a primeira condiciona todas as entidades que pretendam beneficiar-

se de recursos públicos à prévia detenção de títulos e qualificações legais mínimas obrigatórias. A segunda determina que todas as ONGs constituídas a partir da vigência das novas regras credenciem-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), se quiserem ser objeto de fomento governamental.

– Muitas ONGs têm parcerias onerosas com o poder público, ávidas de lançar mão de verbas, especialmente via convênios para escapar à licitação e sem submeter-se a edital público para seleção dos melhores projetos – justificou o senador baiano.

César Borges procurou, também, reforçar a finalidade social dessas organizações. De acordo com o texto, é reconhecida como ONG “qualquer pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais e normas estatutárias visem fins de interesse público”.

## Principais pontos do substitutivo de César Borges

- Antes de iniciar suas atividades no Brasil, a ONG prestará esclarecimentos sobre suas fontes de recursos, linhas de ação, tipos de atividades, modo de utilização de seus recursos, política de contratação de pessoal, nomes e qualificação de seus dirigentes.
- A ONG prestará contas anualmente dos recursos recebidos por intermédio de convênios ou subvenções de origem pública ou privada, inclusive doações, ao Ministério Público, independentemente da prestação de contas aos respectivos doadores.
- É vedado ao estrangeiro sem visto permanente e residência no país atuar como dirigente de ONG.
- Todas as ONGs que atuam a qualquer título no país constarão do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal.
- Somente terão acesso a convênios, incentivos sob forma de auxílios financeiros ou subvenções, financiamentos, favores fiscais ou transferências orçamentárias as ONGs que, antes da vigência da lei, tiverem uma das seguintes qualificações mínimas obrigatórias: título de utilidade pública, certificado de entidade de fins filantrópicos, qualificação de organização social, qualificação de organização de sociedade civil de interesse público e condição de entidade de apoio.
- Ressalvada exclusivamente a exceção contida no artigo 195, § 7º, da Constituição (entidades beneficentes de assistência social), será exigida, a partir da vigência da lei, nas atividades de fomento às ONGs, sua qualificação como OSCIP.



## “Muitas entidades são ações entre amigos”, diz Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse esperar que não haja “nenhum subterfúgio” para impedir que o Plenário delibere sobre o projeto de lei que regulamenta a atuação das organizações não-governamentais no Brasil. A proposta foi elaborada a partir das investigações realizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que ele presidiu, e busca dar transparência ao chamado Terceiro Setor, estabelecendo normas para registro, fiscalização e controle dessas organizações.

– Muitas delas nada mais são do que ação entre amigos. Recebem verbas de ministérios e estatais, sem licitação, sem comprovação de competência, contratam funcionários sem concurso público e atuam no país sem qualquer controle ou fiscalização. Elas parecem ter especial predileção pelos setores de saúde e educação dos índios – destacou o senador, ressaltando haver ONGs sérias e de interesse público.

Mozarildo recorreu a reportagens publicadas pela grande imprensa, segundo as quais

várias ONGs são suspeitas de fraudes com recursos federais, e reiterou a necessidade de o poder público ter algum controle sobre como são usados os recursos repassados a elas.

Mozarildo observou que pelo menos sete ONGs já foram condenadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) – Paca e Cunpir, em Rondônia; Uniacre, no Acre; Kaneguatim, no Maranhão; Civaja, no Amazonas; e Pró-Vida e SDC, no Distrito Federal. A CPI das ONGs pôde constatar muitos indícios de uso irregular dos recursos repassados pelo Executivo, que somaram R\$ 1,4 bilhão em 2003, e deverão subir, este ano, para R\$ 2 bilhões em 2004.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) concordou com a necessidade urgente de regulamentar a ação das ONGs no Brasil, especialmente depois das denúncias sobre a Ágora, acusada de desviar mais de R\$ 50 milhões. Ele aplaudiu o trabalho de Mozarildo, considerando-o um pioneiro, em sua preocupação sobre a atuação dessas organizações.



**ANÁLISE** Para Alvaro, Partido dos Trabalhadores adota receituário ultra-ortodoxo

## Para Alvaro Dias, ações do PT lembram extrema-direita

As ações administrativas do Partido dos Trabalhadores no governo Lula consagram a extrema-direita, disse ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ao comentar declarações do ministro da Casa Civil, José Dirceu, que agradeceu à direita o apoio que tem dado ao Planalto em algumas reformas votadas no Congresso. O parlamentar lembrou que o

presidente do partido, José Genoino, já no ano passado, afirmava à revista *IstoÉ* que o PT tinha que ultrapassar o esquerdismo.

Segundo o senador, essa nova posição do partido fica evidente quando se observa que a administração petista adota o receituário "ultra-ortodoxo" do Fundo Monetário Internacional (FMI) e pratica um

capitalismo singular, que premia o capital e penaliza o trabalho.

– Basta observar que no governo petista houve um crescimento de 6% de novos milionários no Brasil, enquanto os trabalhadores tiveram uma queda brutal da renda, da ordem de 7,5% – assinalou.

Os argumentos que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva hoje utiliza

antes eram identificados pelo PT como ultradireitistas, continuou Alvaro, ao contestar as razões apresentadas pelo Executivo para não aceitar o salário mínimo de R\$ 275, aprovado pelo Senado. Afirmar que um salário mínimo maior pode sacudir o mercado é um argumento típico de quem defende o sistema financeiro, disse o senador.

## Morte de Brizola adia votação do salário mínimo na Câmara

O falecimento do presidente do PDT, Leonel Brizola, provocou o adiamento da votação, na Câmara dos Deputados, da medida provisória (MP 182/04) que reajusta o salário mínimo para R\$ 260. Estava previsto para hoje o exame da proposta, já aprovada no Senado na forma de substitutivo do senador César Borges (PFL-BA), que elevou o valor do mínimo para R\$ 275. A MP retornou à Câmara trancando a pauta, pois já está com o prazo de apreciação vencido.

A mudança do texto feita pelos senadores torna obrigatória nova apreciação da MP pela Câmara. Nesta segunda votação, os deputados devem acatar ou rejeitar o substitutivo de César Borges.

O substitutivo não alterou os valores previstos na medida provisória original para o salário-família – de R\$ 20 por filho para o trabalhador que ganha até R\$ 390, e de R\$ 14,09 para quem ganha de R\$ 390 a R\$ 586,19. Se o governo não conseguir reverter a decisão do Senado, voltando o valor do salário mínimo para R\$ 260, o presidente da República ainda poderá vetar o texto final.

Ontem à noite, antes da morte de Brizola, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, chegou a se reunir com os líderes da base aliada para discutir a estratégia de votação.



**MUDANÇA** Substitutivo do Senado que eleva o mínimo é de autoria de César Borges

## Senado assume a vanguarda em defesa da nação, diz Paim

■ Senador rebate insinuação de que Casa é conservadora por ter aprovado salário maior

“Não podemos aceitar as insinuações de que o Senado é uma instituição conservadora, e que por isso teria aprovado um salário mínimo maior”, reagiu ontem, em discurso, o senador Paulo Paim (PT-RS). Ele também rebateu afirmação atribuída a integrantes do Executivo de que os defensores de um reajuste superior são nazistas, e que a derrota do Planalto com a aprovação de R\$ 275 seria como uma batalha perdida na Segunda Guerra pelos aliados antes da vitória final.

O senador disse que “tanto hoje, na defesa de um salário mínimo maior, quanto ontem, na defesa do Estado de direito,



Foto: Roosevelt Pinheiro

**ALERTA** Paim adverte governo para desgaste se decisão dos senadores for rejeitada na Câmara

o Senado confirma sua posição de vanguarda quando estão em jogo os interesses maiores da nação”. A seu ver, a tentativa de taxar de conservadores os que votaram por um reajuste maior inverte o significado das palavras e o sentido das coisas.

– A vitória dos trabalhadores

não pode ser interpretada como se fosse uma derrota no governo. Da mesma forma que não podem ser taxados de nazistas os que defendem um salário mínimo maior. Já que tocaram nos aliados, que seria da França subjugada pelas patas nazistas à época da Segunda Guerra Mundial e vendo boa parte de suas elites acovardadas ante o invasor, se não fosse a ensandecida e obstinada luta da resistência? – indagou o parlamentar.

Aos deputados federais e aos governistas, Paim sugeriu que não inviabilizem a aprovação, na Câmara, do valor de R\$ 275. Ele alertou que se a Câmara rejeitar o texto do Senado, ou o presidente Lula, caso o reajuste seja aceito pelos deputados, vetar a proposição, o desgaste se multiplicará. E registrou que os trabalhadores já estão contando com os R\$ 15 a mais que o Senado Federal aprovou.

## Rodolpho Tourinho quer aprovação dos R\$ 275

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu, em discurso no Plenário, o crescimento da massa de salários no país, acrescentando que uma das formas de fazer isso é aumentar o salário mínimo de R\$ 260 para R\$ 275.

Ele citou artigo do professor Yoshiaki Nakano em que este afirma que o que dá dinamismo a uma economia “é o fluxo de salários, que vira consumo; e o fluxo de lucros, que vira investimentos”.

Em seu artigo, ressaltou o senador, Nakano enfatiza que é preciso aumentar esse fluxo de salários na economia para que seja criada a demanda. Ele argumenta que nenhum país se desenvolveu de forma susten-

tada somente com recursos externos. Para isso, observa, é preciso criar a poupança, para o que é fundamental o aumento do fluxo de salários.

### Juros

Tourinho lembrou que os juros altos aumentam a dívida pública e têm agravado a carga tributária, levando à redução de lucros e salários. Em sua avaliação, está na hora de o Brasil tomar um novo rumo que, mantendo a preocupação com a responsabilidade fiscal, poderá gerar maior demanda nacional e, inclusive, da arrecadação federal, com soluções como o crescimento das exportações; incentivo a investimentos, por meio da redução da carga tributária; corte dos gas-



**SOLUÇÃO** Rodolpho Tourinho sugere crescimento da remuneração do trabalhador

tos correntes para ampliação dos investimentos e desvinculação do salário mínimo da Previdência Social.

Rodolpho Tourinho recebeu apartes dos senadores Cristovam Buarque (PT-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que o cumprimentaram pelo pronunciamento.



**MÉRITO** Para Juvêncio da Fonseca, aumento representa avanço na luta política e social

## Juvêncio afirma que seu voto foi contra opressão do trabalhador

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) explicou ontem, em discurso no Plenário, a motivação de seu voto contrário à medida provisória (MP) que fixa o reajuste do salário mínimo em R\$ 260. Segundo destacou, a decisão de rejeitar a proposição representou “um protesto contra a opressão salarial do trabalhador”.

Se considera o valor de R\$ 260 irrisório, Juvêncio também admite que o aumento para R\$ 275, proposto no projeto de lei de conversão oferecido à MP, e aprovado pelos senadores, não é suficiente. De qualquer modo, o parlamentar acredita que a fixação desse valor é fruto de “um processo democrático de luta política e social que vai avançando”.

### Petrobras

Juvêncio endossou pedido de informações de iniciativa do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sobre o uso de recursos da Petrobras para pagamento de débitos do governo de Mato Grosso do Sul para com empreiteiras e fornecedores. Como a estatal tinha créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) junto ao Executivo local, que, por sua vez, devia àquelas empresas, o governo sul-mato-grossense negociou com a Petrobras a cobertura desses débitos.



**HISTÓRICO** Maciel observa que obra do professor mostra a evolução do voto no Brasil

## Maciel registra lançamento de livro de Walter Costa Porto

Ao registrar ontem o lançamento do livro *A Mentirosa Urna*, do professor Walter Costa Porto, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que, em matéria eleitoral, ainda há muito a ser feito no Brasil. Em sua opinião, o país precisa aprimorar seu sistema eleitoral, assim como criar condições para edificar partidos consistentes.

– Uma verdadeira e boa democracia é aquela que passa por um sistema eleitoral rígido – afirmou.

Walter Costa Porto, que integrou durante seis anos o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e é especializado em legislação eleitoral e partidária, traça em seu livro, segundo Maciel, um histórico da evolução do voto no Brasil. O livro de Costa Porto, lembrou o senador de Pernambuco, é o terceiro de uma série sobre a questão do voto, iniciada com *O Voto no Brasil e Dicionário do Voto*.

Marco Maciel ressaltou ainda que, ao contrário do que muitos pensam, o Brasil é um país de longa tradição no campo eleitoral, que começou a votar a partir de 1820, quando escolheu seus representantes às cortes de Lisboa.

– Praticamente essa tradição do voto não se interrompeu no nosso país ao longo de todo esse período, salvo em 1937 e 1945 – destacou o senador.



**COM AFETO** Para Ideli, compositor expressa a alma das mulheres como ninguém

# Antonio Carlos defende Petrobras e critica Rosinha

■ Senador garante que licitação realizada pela empresa petrolífera na plataforma baiana estava correta

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) declarou ontem que irá prestar solidariedade de hoje ao presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, quando este comparecer à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para falar sobre as agressões – consideradas pelo senador “sem qualquer propósito” – da governadora do Rio, Rosinha Matheus (PMDB).

O senador lembrou que, na cerimônia de assinatura de 11 contratos para a construção de três plataformas, com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a go-



**PROTESTO** Antonio Carlos: preço da Bahia era bem menor do que Rosinha queria para o Rio

vernadora disse ter havido irregularidades na licitação da plataforma da Petrobras na Bahia.

Antonio Carlos garantiu que a licitação realizada pela empresa em seu estado “está absolutamente correta” e informou que a empresa está instalando duas plataformas no Rio, uma no Espírito Santo e uma

na Bahia, estranhando o fato de a governadora apontar irregularidades só na Bahia.

– Ela não poderia acusar como acusou. Dutra mesmo confirmou-me que o preço da Bahia era bem menor do que Rosinha queria para o Rio. Cabe lançar um protesto em nome do povo brasileiro porque a governadora quis desacreditar uma das maiores empresas do mundo – afirmou o senador. Ele lembrou ter convivido com José Eduardo Dutra no Senado e que nunca ninguém colocou qualquer dúvida sobre o caráter do presidente da Petrobras.

Antonio Carlos Magalhães elogiou também o pronunciamento do senador Paulo Paim (PT-RS) a respeito do salário mínimo e ressaltou que o Senado não é uma Casa conservadora, e está demonstrando ser independente do governo.

## Magno Malta quer CPI para investigar empresa distribuidora de combustíveis

O senador Magno Malta (PL-ES) sustentou ontem na tribuna que está disposto a pedir uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de corrupção comprovadas pela Polícia Federal em Campos (RJ) envolvendo a Ubigás, empresa distribuidora de combustíveis. A Ubigás é acusada de sonegação de tributos, corrupção de funcionários públicos para não pagar impostos, pagamento de propinas para um desembargador adiar a falência da empresa e tráfico de influência envolvendo o vice-governador de Minas Gerais, Clésio Andrade, do mesmo partido do senador.

Magno Malta afirmou que a única menção ao vice-presidente da República, José Alen-



**DENÚNCIA** Magno Malta afirma que a Polícia Federal comprovou as acusações

car, também do PL, nas milhares de horas de gravação telefônica, foi feita pela irmã do genro do proprietário da Ubigás, Djacira Soares de Azevedo, que mora em Brasília. Na conversa com outra pessoa, ela diz que esteve com o vice-presidente da República acertando

um emprego para o próprio irmão, que teria de dar parte do salário para o “filho de um ministro”.

### Denúncia

A denúncia foi publicada pela revista *IstoÉ* desta semana. O parlamentar leu da tribuna alguns trechos das conversas degravadas publicadas pela revista.

O dono da empresa, que teria encabeçado a corrupção, é Antônio Carlos Chebabe, preso em 4 de março deste ano.

O senador Aelton Freitas (PL-MG) afirmou que também assinará o requerimento de criação de CPI para deixar bem claro que o seu partido quer esclarecer as denúncias e provar que José Alencar é citado de forma leviana nas gravações.



**SOLIDARIEDADE** Suassuna: momento é de amparar famílias que ficaram desabrigadas

## Suassuna condena uso político de tragédia na PB

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que está havendo uso político inaceitável do rompimento da barragem de Camará, em Alagoa Nova (a 150 km de João Pessoa), com acusações e uma “busca irracional” de culpados.

– O momento é de reconstruir o que foi destruído e de amparar as famílias que ficaram desabrigadas e perderam entes queridos, não de ataques e de uso político da tragédia.

Há pelo menos 20 pessoas desaparecidas, e seis outras já foram encontradas mortas pelas equipes de resgate.

– O que era alegria, a construção da barragem, uma obra de combate à seca, transformou-se em tragédia para o povo paraibano – lamentou o senador, observando que não se pode apontar culpados antes de qualquer investigação sobre as causas da tragédia.



## Ideli homenageia Chico Buarque pelos 60 anos

Cantarolando trechos de algumas das mais expressivas canções de Chico Buarque, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), homenageou o 60º aniversário do compositor que criou a trilha sonora da oposição ao regime militar. “Na ditadura, foi ele quem falou por nós”, disse a senadora, citando Ruy Castro. Ideli afirmou que Chico Buarque é a síntese expressa de uma geração, síntese dos

vários Brasis que compõem o Brasil, e confessou, enfaticamente, que o seu olhar a cativou.

– Chico Buarque é um encantador de mulheres – resumiu.

Para Ideli, o compositor encarna o feminino como nenhum outro e expressa a alma, o sentir das mulheres como ninguém. “Com açúcar, com afeto/Fiz seu doce predileto/Pra você parar em casa. Nós, mulhe-

res, somos assim. Ainda fazemos o doce predileto para o malandro ficar em casa e não sair por aí”, assinou a senadora.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) lembrou que a homenagem de Ideli era de todos os brasileiros. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) revelou que, mesmo sendo partícipe do regime militar, cantarolava, sozinho, as can-

ções de Chico Buarque. O senador Alberto Silva (PMDB-PI) cumprimentou Ideli pela memória musical e a convidou para formarem um dueto.

Conduzindo a sessão na Presidência da Mesa, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que “com esse jeitinho de ser do Chico Buarque”, a líder do PT vai conseguir aumentar a base do governo no Senado.

## Tuma oferece livros em braile editados pelo Senado

Senador faz doação a duas entidades de deficientes visuais durante Feira do Livro de Ribeirão Preto

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) entregou ontem, em Ribeirão Preto (SP), exemplares de obras editadas em braile pelo Senado Federal para duas instituições de assistência aos portadores de deficiência visual da cidade. A doação foi no estande do Senado na IV Feira Nacional do Livro da cidade, que vai até o dia 27 deste mês.

Tuma, 1º secretário do Senado, anunciou que ainda este ano a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) deverá elaborar um dicionário em braile, com aproximadamente 10 mil verbetes. Ele elogiou o empenho do diretor-executivo da Seep, Júlio Werner Pedrosa, para a publicação das



**INICIATIVA** Tuma entrega um exemplar da Constituição federal em braile à presidente da Adevirp, Marlene Taveira Cintra

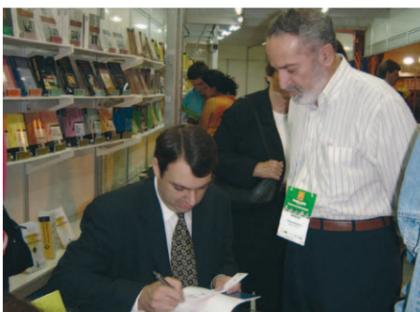
edições em braile.

Foram agraciadas a Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto e Região (Adevirp), que auxilia cegos de Ribeirão e outras 28 cidades próximas; e a Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto. Cada uma recebeu exemplares da Constituição federal; Lei de Doação de Órgãos; Estatuto

da Pessoa Portadora de Deficiência; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Defesa do Consumidor; e *Conselhos aos Governantes*, a primeira obra literária impressa pelo Senado na grafia braile. A presidente da Adevirp, Marlene Taveira Cintra, elogiou a iniciativa do Senado.

## Savonitti Miranda lança livro sobre licitações

O professor Henrique Savonitti Miranda lançou na noite de sábado passado (19), no estande do Senado na IV Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto (SP), o livro *Licitações e Contratos Administrativos*. No prefácio da obra, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi destaca que, no exame minucioso de cada modalidade de licitação, tem destaque o prego. Ela afirma que o autor "já chamava a atenção para os problemas da restrição da aplicabilidade desta modalidade à órbita federal", proble-



**CONTRIBUIÇÃO** Savonitti Miranda autografa livro no estande do Senado

ma resolvido com a Lei 10.520, de 2002.

Na apresentação da edição do Senado Federal, o senador Romeu Tuma, 1º secretário da Casa, compara a contribuição do professor Savonitti ao Direi-

to Administrativo à de Hely Lopes Meirelles, uma referência no tema. Em entrevista à Agência Senado, o professor destacou o empenho do diretor-executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Werner Pedrosa.

Natural de Araraquara (SP) – onde está implementando o Instituto Savonitti de Ensino Superior, que começa a funcionar em 2005 –, Henrique Savonitti Miranda é mestre em Direito Empresarial e foi professor de Direito Administrativo e Filosofia do Direito do curso de pós-graduação em Direito Legislativo promovido pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

## Mozarildo elogia comitiva que visitará Haiti

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) cumprimentou o ministro da Defesa, José Viegas Filho, pela iniciativa de organizar uma comitiva de ministros, parlamentares e jornalistas para visitar as tropas brasileiras que atuam junto à força de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. A viagem deve acontecer no período de 7 a 9 de julho.

– Trata-se de uma visita de apoio das autoridades brasileiras aos soldados da força de paz – explicou. Segundo informou Mozarildo, a assessoria parla-

mentar do Ministério da Defesa já entrou em contato com as lideranças partidárias no Senado para que sejam indicados os parlamentares que irão integrar a comitiva.

Além de ressaltar a "competência e o respeito do ministro José Viegas para com o Senado", Mozarildo adiantou que autoridades do Chile, da Argentina e, talvez, do Uruguai e do Peru também deverão fazer parte da comitiva sul-americana que viajará ao Haiti na segunda semana de julho.

## Coletânea de textos vai subsidiar senadores

A Consultoria do Senado Federal lançou na última quinta-feira a coletânea "Textos para Discussão", publicação destinada a veicular trabalhos elaborados por seu corpo técnico sobre temas econômicos, sociais e jurídicos. Cada texto reflete a posição técnica do autor sobre o assunto em questão. A cerimônia de lançamento foi presidida pelo 1º secretário, senador Romeu Tuma (PFL-SP), e teve a participação do consultor-geral Sérgio Penna e do diretor-geral do Senado Federal, Agaciel Maia.

Marcos Mendes, coordenador do Núcleo de Estudos da Consultoria, responsável pela publicação, informou que a coletânea conterá textos sempre focados em assuntos que estão tramitando no Senado ou que vão ser examinados pela Casa, com o objetivo de fornecer aos senadores informações técnicas para elevar a qualidade das análises. Desse modo, não haverá periodicidade definida.

Entre os primeiros números da Coletânea, encontra-se a posição técnica dos consultores sobre a reforma política em exame no Congresso.

Estão no prelo também textos sobre as propostas de reforma tributária e sindical, e sobre a legislação de proteção ambiental da Amazônia. A Consultoria está preparando ainda um trabalho sobre o impacto da gestão municipal na reeleição dos prefeitos.

Serão lançados também números específicos com avaliações sobre o que já foi votado pelo Parlamento. Como exemplo disso, o texto *Eficiência Política, Consistência Atuarial e Ajuste Fiscal*, no qual o consultor Gilberto Guerzoni Filho avalia a reforma da Previdência Social.

Há uma edição impressa de 200 exemplares para cada texto. As publicações podem ser acessadas também na página da Consultoria Legislativa na Internet.



**INFORMAÇÕES** Lançada no Senado, coletânea contém textos sobre assuntos relativos a projetos que tramitam na Casa

## Funcionários encerram primeira oficina de fotografia

A Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal encerrou ontem a 1ª Oficina de Fotografia, dentro do Programa de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional. Com 48 fotos de autoria dos próprios alunos e selecionadas pelos coordenadores do programa, a exposição ficará na Galeria Senado até o próximo dia 26.

O diretor da Secretaria de Recursos Humanos da Casa, João Carlos Zoghbi, explicou que entre os objetivos do Programa de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional estão o

de oferecer ao servidor oportunidade de adaptação e reabilitação funcional; melhorar o grau de satisfação do servidor com seu ambiente de trabalho e com as atribuições que lhe são delegadas; fortalecer o sentimento de equipe; e criar oportunidades de aprendizagem, entre outros.

De acordo com a coordenadora do programa, Denise Lisboa, cerca de 120 funcionários do Senado estão inscritos para a 2ª Oficina de Fotografia, que deverá ser realizada no próximo mês de agosto.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim e Geraldo Mesquita Júnior e pela senadora Serys Slhessarenko